

NÃO MATARÁS



Esse estudo tem o potencial de ser muito longo e detalhado. Sempre que lidamos com uma questão tão historicamente controversa e emocionalmente carregada como a guerra e a perda de vidas humanas, geralmente há muito terreno para cobrir. Assim, torna-se necessário agilizar a investigação deste assunto para um conjunto estreito de perguntas, deixando a porta aberta para possíveis seguimentos. Portanto, neste artigo, gostaria de abordar duas questões específicas:

- 1) Qual é o significado real e pretendido do 6º Mandamento, “Não matarás?”
- 2) E como o 6º Mandamento tem sido entendido pelo povo fiel de Yahweh ao longo dos tempos, desde os tempos do Antigo Testamento até o movimento adventista do sétimo dia?

Acredito que estas duas questões podem ser adequadamente abordadas através da exploração de seis pontos principais:

1. Como a Palavra de Yahweh interage com as consciências individuais para permitir tanto a perfeita obediência à vontade de nosso Pai quanto a individualidade na religião? Isso fala diretamente da autoridade da Bíblia sobre nossos pensamentos, palavras e práticas.
 2. Qual é a redação do 6º Mandamento nas Escrituras conforme se lê na língua original (hebraico) e na língua dos apóstolos de Cristo que fundaram a Igreja do Novo Testamento (grego)?
 3. O que Ellen G. White e outros adventistas pioneiros escreveram sobre armas e guerra?
 4. O que a Bíblia diz sobre “matar” em vários contextos diferentes? Qual é o entendimento cristão da guerra sendo “permitida” nos tempos do Antigo Testamento?
 5. Quais são as declarações específicas do Novo Testamento que são relevantes para este assunto, conforme vistas da perspectiva da experiência cristã?
 6. Por que essa questão é importante? Como nosso acordo ou desacordo sobre esse assunto como cristãos afeta o desenvolvimento do caráter à medida que o retorno de Cristo se aproxima?
- Ao começarmos, é importante observar que este estudo constitui uma apresentação do entendimento atual da Igreja Adventista do Sétimo Dia da Criação sobre esses tópicos, geralmente acordado entre os membros da Igreja. Como acontece com todas as coisas não especificamente ordenadas, as convicções de um indivíduo são entre essa pessoa e o Pai, mas no

interesse da unidade com todos os crentes, que é sempre o objetivo do cristão. É necessário que haja algum terreno comum, portanto estou compartilhando o que a maioria dos membros da Igreja atualmente acredita sobre guerra, armamento e tirar a vida humana, sem declarar isso como uma “posição oficial” ou ponto de vista doutrinário necessário.

Este exame é oportuno. Ao longo dos anos de nosso evangelismo e ministério, encontramos algumas vezes perguntas sobre guerra, não-combater e objeção de consciência ao serviço militar, como ao falar com pessoas associadas ao Movimento de Reforma Adventista do Sétimo Dia, que são notavelmente contrários a guerra. Seria bom ver o que as fontes autorizadas reivindicadas como um fundamento comum realmente dizem. Os CSDAs estão sempre abertos para aprender coisas novas e desaprender coisas antigas conforme uma nova luz aparece para nós. Estamos sempre dispostos a examinar um assunto mais de uma vez.

Quando se trata de individualidade na religião, que é fundamental para a compreensão do assunto, acreditamos que deve haver espaço para algum desacordo, mesmo em questões consideradas “pesadas”. Sobre o porte de armas e o combate físico, mesmo entre os CSDAs pode haver algum desacordo sobre como exatamente ler algumas das declarações de Ellen G. White. Um desacordo não é suficiente para mudar as conclusões gerais que tiramos como povo, mas é uma prova da ideia de que ter pontos de vista diferentes não é motivo para romper a comunhão, julgar a “dignidade” ou obediência de um irmão crente ou pressionar as próprias idéias sobre os outros, indo além do ponto de tentativa de persuasão.

Como uma extensão dessa ideia, acreditamos que se um assunto não está claramente declarado na Lei, ou não é uma aplicação óbvia e irrefutável do espírito da Lei, não deve haver uma “posição da Igreja” sobre isso. Indivíduos em aliança são livres para ter idéias diferentes, caso contrário, correríamos o risco de estabelecer um credo, algo adicional aos Mandamentos que nosso Pai instruiu, e algo além do que a Fé de Jesus permitiria. Como o pioneiro adventista J.N. Loughborough afirmou corretamente: “O primeiro passo da apostasia é criar um credo” [Review and Herald, 8 de outubro de 1861]. É importante estabelecer este princípio e manter a unidade entre várias nações, línguas e culturas que trazem contextos diferentes até mesmo para as instruções mais diretas.

Antes de entrar nos detalhes da instrução bíblica, é importante reconhecer que esta é uma questão chave para alguns irmãos que professam fielmente o adventismo, e devemos ser sensíveis a isso. Ao mesmo tempo, não é razoável ignorá-lo completamente ou minimizá-lo, porque o que é importante para um coração é importante para o coração de nosso Salvador e, portanto, para todos nós.

Podemos ter sentimentos muito fortes sobre as coisas e acreditar de uma certa maneira por muitos anos, mas devemos sempre estar dispostos a reexaminar, reavaliar e garantir que a Escritura seja o único fundamento para tudo o que aceitamos como verdade. Afinal, o objetivo em nível individual é ter uma consciência guiada pelo Espírito, que esteja em harmonia com a letra e o espírito da Lei de nosso Pai.

Então, o que o 6º Mandamento realmente diz? Na versão King James, que costumo usar com mais frequência, mas não exclusivamente, diz: “Não matarás”. As Bíblias em outras línguas às

vezes traduzem esse versículo para um equivalente, por exemplo, a versão sinodal russa também o traduz dessa maneira. Mas será que essa tradução é a melhor nesse caso específico com base no que sabemos da língua de sua autoria original? Essa leitura e esse significado são justificados pelo contexto e pelas palavras? Precisamos examinar isso.

Assim como na maioria das línguas, há várias palavras no hebraico bíblico para a morte de um ser vivo. Talvez o mais relevante para nossa discussão atual seja a palavra *rasah*, que é usada 47 vezes no Antigo Testamento e significa exclusivamente “assassinar”, tirar uma vida humana injustamente, contrário a qualquer processo legal, incluindo guerra, autodefesa, execução, suicídio ou sacrifício. Nunca é usado para significar nenhuma dessas últimas coisas, mas destina-se exclusivamente a indicar a destruição injusta de uma vida humana. A KJV e aquelas que dela derivam estão, na verdade, na minoria das traduções quando traduzem *rasah* como “matar” em Êxodo 20:13, e dentro da King James é incomum até mesmo em sua própria convenção, já que esta palavra é traduzida como “matar” em apenas cinco de suas 47 aparições, sendo em todos os outros lugares traduzido como “assassinato”, “massacre” ou um equivalente.

Existem palavras específicas em hebraico que significam matar em outros contextos. Por exemplo, duas palavras intimamente relacionadas, que são *naka* e *harag*, são mais gerais e podem indicar matar de forma justificada ou injustificada. Incluí alguns versículos com o uso desses termos para que possam ser examinados quanto ao contexto:

- *rasah*: Assassinar (verbo – Êxodo 20:13, Nm 35:30, Jó 24:14)
- *naka/harag*: Matar; geral (Gn 4:15, Êxodo 21:14, Ester 9:6)

Outro par de palavras intimamente relacionadas são *zabah* e *sahat*. Estes também são usados para “matar” em uma ampla variedade de contextos e também podem significar sacrifício, incluindo o sacrifício de um animal ou ser humano.

Outro uso da palavra *naka* é para matar na guerra. Também é usado para descrever incidentes de autodefesa, como em Êxodo 22:2 e 3. Quando um ladrão invade uma casa à noite e é morto, essa palavra é *naka*, mais comumente associada à guerra, e é dito especificamente que nenhum sangue deve ser derramado em troca daquela vida que foi ceifada. Perante a Lei, aquele que matou é inocente de qualquer delito.

Aqui estão alguns exemplos do uso dessas palavras anteriores:

- *zabah/sahat*: Sacrifício (Exo 12:6, Deut 16:2, 1Sam 28:24).
- *naka*: Guerra ou autodefesa (2Sam 21:19, Exo 22:2,3).

O ponto principal aqui é que, assim como na maioria dos idiomas, há uma variedade de palavras que significam “matar” e que possuem uma variedade de significados e conotações. A palavra usada no 6º mandamento é relativamente rara no Antigo Testamento e tem um significado extremamente específico. Apesar dos termos mais gerais para “matar” estarem disponíveis e serem usados livremente pelos autores do Antigo Testamento, nunca há qualquer sobreposição no uso ou contexto desses termos. *Rasah* nunca é usado, por exemplo, para matar em guerra, em

legítima defesa ou em execuções legalmente ordenadas. As outras palavras são sempre empregadas para dar esses significados.

E quanto ao Novo Testamento? É aqui que acho que fica muito interessante.

Assim como em hebraico, há uma palavra específica no grego do Novo Testamento para assassinato, e é a palavra *phonos*. Forneci alguns versículos para que o leitor possa verificar o significado contextual como assassinato deliberado e ilegal de um ser humano.

- Φονος/*phonos*: Assassinar (Mat 15:19, Lucas 23:19, Apoc 9:21).

Significativamente, há três lugares no Novo Testamento onde o 6º mandamento é citado diretamente no contexto da Lei, e em cada lugar, é sempre usada esta palavra específica para assassinato em grego. Os versículos estão aqui, um de Marcos, um de Lucas e um de Paulo: Marcos 10:19, Lucas 18:20 e Romanos 13:9.

Também escolhi outro versículo de cada um desses autores que citam a Lei do Antigo Testamento como “Não assassinarás” em grego, apenas para mostrar que eles tinham, e usavam, outras palavras com o significado de matar, como esta, *apokteino*. Em Mateus 24:9, Lucas 13:4 e Romanos 7:11, podemos ver que há diversas palavras em grego para matar, mas em todos os casos onde os 10 mandamentos são mencionados, e o 6º é especificamente declarado, os autores inspirados escolheram a palavra “assassinar” em lugar de qualquer outra palavra que significa causar a morte.

À luz disto, “Não assassinarás”, com essa conotação específica, é visto pela Igreja CSDA como a compreensão adequada do mandamento baseado na linguagem do Antigo Testamento, seu aparecimento no Novo Testamento e, como veremos, os escritos de Ellen G. White para os adventistas atuais. Este é o único tipo de morte que as Escrituras proíbem em todas as circunstâncias. Qualquer outra aplicação do mandamento, seja para guerra, autodefesa ou execuções legais, resulta de um mal-entendido da palavra real usada tanto no hebraico quanto no grego.

A maioria dos Adventistas do Sétimo Dia considera que Ellen White foi inspirada por Deus em seus escritos. Além disso, eles têm algum respeito pelas primeiras publicações da Igreja Adventista, uma vez que foram os nossos Pioneiros que realmente estabeleceram os princípios fundamentais da nossa fé. Assim, embora os Adventistas do Sétimo Dia da Criação acreditem que a Bíblia, e somente a Bíblia constitui a base daquilo em que acreditamos e do que consideramos um “teste” do caráter cristão, muitas vezes é útil descobrir que esses primeiros escritores, tão dedicados a Bíblia e diligentes no seu compromisso de viver pela fé, chegaram às mesmas conclusões que nós.

Ellen White, em particular, escreveu diversas declarações reveladoras sobre a guerra e o ceifamento de vidas humanas. Aqui está uma dessas declarações, na qual ela responde especificamente à pergunta sobre o que ela pensa daqueles que não portariam armas num conflito militar: “Parece-me que Satanás exultaria ao ver-nos abatidos a um preço tão baixo...” [Carta 7 , 1862]

Aqui está um texto semelhante, extraído da mesma carta, e é formulado ainda mais diretamente a respeito daqueles que escolheriam ser mortos em vez de pegar em armas em defesa de si mesmos e dos outros. Neste caso, ela não está preocupada apenas com a própria vida que se perderia como na citação acima, mas com o testemunho que seria dado aos nossos semelhantes, a quem procuramos alcançar com o Evangelho: “Não, todos pensariam que merecemos o que recebemos porque não viemos ajudar nosso país em perigo.” [Carta 7, 1862]

Numa carta escrita em 1879, ela escreveu sobre uma viagem empreendida por ela e por alguns outros, descrevendo favoravelmente aqueles que estavam armados para protegê-los de animais, ladrões e nativos americanos que ela pensava terem sido contratados por ladrões para atrapalhar seu progresso. . “Temos nossas carroças colocadas em círculo [...] Temos dois homens para vigiar. [...] Eles carregam suas armas nos ombros.” [Carta 20a, 1879]

Em outro dos seus comentários, recordado por seu filho W.C. White sobre a mesma questão é revelado numa carta que escreveu em 1915. “Alguns do nosso povo na América e na Europa sentem que aqueles dos nossos irmãos que foram forçados a entrar no Exército teriam feito mal ao submeterem-se ao serviço militar. Eles acham que teria sido melhor para eles terem se recusado a portar armas, mesmo sabendo que, como resultado dessa recusa, seriam obrigados a fazer fila para serem fuzilados. Não creio que devam fazer isso, respondeu ela. Acho que eles deveriam cumprir seu dever enquanto durar o tempo necessário.” [Ellen G. White: The Later Elmshaven Years: 1905-1915, Vol. 6, referenciando W.C. White, 26 de maio de 1915]

Podemos aprender bastante com esta afirmação.

O momento aqui é significativo. Alguns adventistas que defendem a oposição estrita a todo o serviço militar e ao uso de armas de guerra apontam para uma publicação da Igreja em 1864/65, na qual uma postura estritamente não-combatente foi fortemente defendida. Alguns grupos, como o Movimento de Reforma Adventista do Sétimo Dia, afirmam incorretamente que esta era a “posição original” da Igreja, quando é claro que muitos dos líderes defendiam a participação na Guerra Civil que então ocorria (ver a declaração de Tiago White abaixo). Alguns também tentaram interpretar mal a declaração da Sra. White, alegando que quando ela diz: “Não creio que eles devam fazer isso”, ela quer dizer que não deveriam portar armas. O contexto da passagem, no entanto, não indica tal conclusão. Ela está contrastando seus pensamentos com aqueles que “pensam que teria sido melhor para eles terem se recusado a portar armas, mesmo sabendo que, como resultado dessa recusa, seriam obrigados a entrar na fila para serem fuzilados”.

O que a Carta 20a e a declaração de W.C. White indica é que a resolução de 1864 não recebeu qualquer apoio inspirado e não parece ter sido vinculativa para nenhum membro da Igreja nos anos seguintes à sua publicação. Certamente nunca foi usado como critério para o batismo ou qualquer tipo de teste de comunhão, mesmo naquela época. Portanto, é misterioso que a declaração singular de 1864 (e publicada em 1865 em 7 de março na Review and Herald), sem qualquer endosso divino aceito, receba tanto peso em alguns grupos mais recentes, apesar das muitas declarações anteriores e posteriores que minam a sua visão extremada. Muitas declarações podem ser encontradas nos escritos de Ellen White que criticam a guerra como um resultado terrível do pecado, no qual Satanás exulta. O que alguns comentaristas falham em

reconhecer é que ela, tal como a maioria dos indivíduos que respeitam as instituições militares, separa o horror da guerra do carácter daqueles que são compelidos pelo seu governo, ou pelo seu sentido de dever, a servir apesar da sua terrível natureza.

Não há menção de que Ellen White mudou seu ponto de vista mais adiante em sua vida com relação às declarações que fez em 1862. Ela claramente não escreveu nada para neutralizá-las, nem deu a conhecer à sua família de qualquer forma se ela se tornou mais restritiva em sua visão das armas de fogo mais tarde na vida.

Uma das objeções que alguns grupos adventistas fazem à guerra é a ideia de que nos tempos em que Deus sancionou a guerra, Israel era uma nação singular. Assim, em todos os casos, os justos estavam de um lado, e o outro consistia de nações pagãs que não professavam a verdadeira fé. Em outras palavras, nunca haveria um caso em que os israelitas estivessem em dois lados da mesma batalha. Não tenho certeza de que este seja um ponto particularmente convincente, uma vez que Deus não amava menos os pagãos do que os israelitas; mesmo assim, a declaração de Ellen White sobre cumprir o dever quando “forçado a entrar no Exército” aborda diretamente esse argumento. Nas citações fornecidas até agora, especialmente na última, o contexto é uma guerra, nos tempos do Novo Testamento, muito depois do ministério terreno de Cristo, com adventistas, supostamente adventistas de boa reputação, em ambos os lados do conflito, e um profeta adventista chamando seu serviço como um “dever”.

O sentimento defendido por muitos adventistas sobre este assunto é certamente compreensível; a ideia de dois cristãos observadores dos mandamentos em lados opostos de um conflito militar é angustiante, comovente, trágico, mas é exatamente assim que Ellen White descreveu a guerra. Sim, são todas essas coisas e, emocionalmente, é um argumento muito poderoso. ASDs lutando contra ASDs é algo difícil de se imaginar. Mas, nossos sentimentos nunca podem ser a medida da verdade. Abraão precisava estar disposto a sacrificar seu próprio filho Isaque. A tribo de Levi, como leremos em breve, foi instruída a exterminar seus irmãos idólatras. Esses são mandamentos terríveis do ponto de vista do sentimento e da emoção, mas eram de origem divina. E sim, aconteceu na Nova Aliança, mesmo na época do Adventismo. É desagradável. Ninguém está regozijando com a perspectiva. Mas não é bíblico, como alguns grupos fizeram, condenar ou criticar aqueles que acreditam ser seu dever defender o seu país ou os seus compatriotas de guerreiros armados, especialmente quando o seu governo exige que o façam.

O que segue é uma declaração de Tiago White, que escreve, especificamente para questões de guerra: “O sexto mandamento diz: 'Não matarás'. Mas no caso de recrutamento, o governo assume a responsabilidade pela violação do lei de Deus, e seria uma loucura resistir. Aquele que resistisse até que, na administração do direito militar, fosse abatido, vai longe demais, pensamos, ao assumir a responsabilidade pelo suicídio.” [Tiago White, Review and Herald, 12 de agosto de 1862]

Aqui está uma declaração de Ellen White que não pode ser lida de outra forma senão como uma concordância com o princípio da declaração acima: “Há generais no exército que são totalmente dedicados e buscam fazer tudo para deter essa terrível rebelião e guerra desnaturada. Mas a maioria dos oficiais e homens de comando acalentam seu propósito egoísta. Cada um está procurando obter vitória para seu quartel, e muitos soldados verdadeiros e sinceros estão se

tornando medrosos e desanimados. Nobremente desempenhariam sua parte quando em luta com o inimigo, mas o tratamento que têm recebido de seus próprios oficiais é desumano. Entre os soldados há homens sensíveis e independentes de espírito” (Testemunhos para a Igreja 1, pg. 352).

Tanto Tiago como Ellen White tomam o cuidado de explicar onde reside a responsabilidade pela guerra. A guerra em si é terrível, pavorosa, antinatural, mas os indivíduos, os soldados que lutam, não são julgados pela mesma escala. Eles “desempenham nobremente a sua parte” quando envolvidos em conflitos militares com o inimigo, de acordo com a luz dada a Ellen White.

Aqui está uma declaração muito reveladora do parágrafo imediatamente seguinte: “Em alguns casos, quando os generais estavam envolvidos nos mais terríveis conflitos, onde seus homens caíam como chuva, um reforço de contingente no tempo certo lhes teria dado a vitória. Mas outros generais não se preocuparam nada pelas vidas perdidas, e em lugar de ajudar aqueles que estavam empenhados em combate, embora seus interesses fossem comuns, retiveram a ajuda necessária temendo que o general aliado recebesse a honra de ser bem-sucedido ao repelir o inimigo. Por causa da inveja e ciúmes eles exultaram em ver o inimigo ganhar a vitória e pôr em fuga os homens da União” (Testemunhos para a Igreja 1, pg. 366).

Observe bem isso. Ela critica aqui aqueles que NÃO enviaram homens para o combate, para a guerra, para encerrar rapidamente um conflito derrotando o inimigo, e isso por causa de seu ciúme e desejo de glória mundana. Não podemos conciliar isto com a ideia de que a guerra e o porte de armas são contrários à vontade de Deus e se não o fizermos por razões egoístas, atrairemos a repreensão dos Seus profetas. É o carácter dos homens que se recusaram a lutar por razões carnis que atrai a crítica do mensageiro, e não a sua vontade de cumprir o seu dever na guerra.

Se alguém que alegasse ter o dom de profecia, discernimento divino ou conhecimento espiritual exato, aparecesse depois e tivesse uma mensagem contrária a esta, precisaria, claramente ser capaz de explicar de forma firme e convincente por que a inspiração de Ellen White sobre este assunto foi tão completa e consistentemente incorreta. Mas concordamos com ela nisto. Acreditamos que a sua inspiração estava correta, e embora a Igreja esteja certamente justificada em desencorajar os adventistas de se envolverem em guerras como regra geral, somos protestantes. Não acreditamos que a Igreja tenha qualquer autoridade para se intrometer em questões de consciência individual, especialmente quando declarações inspiradas permitem altruísmo, nobreza e “bons sentimentos” na sua fidelidade ao serviço zeloso. A menos que haja um claro “assim diz o Senhor” sobre um assunto (e como demonstrado, o 6º Mandamento não pode qualificar-se para tal no que diz respeito ao assassinato em geral), nenhuma posição da Igreja pode ser usada como um teste do dever e carácter cristão sem arriscar a formação de uma imagem ao papado.

É por isso que este é um assunto importante a examinar – a liberdade de consciência protestante. A visão da CSDA é que se um adventista preferir morrer a pegar em armas por qualquer motivo, então é isso que ele deve fazer para preservar a sua consciência pura diante do Pai e do Filho. Que eles sejam abençoados nessa integridade, embora a maioria concorde com a avaliação da Sra. White sobre a sua escolha como uma vida encerrada de forma banal.

Acreditamos que eles não podem usar essa convicção como parâmetro para medir a fé de qualquer outra pessoa com convicções diferentes com base no que diz o Mandamento, na maneira como os apóstolos o entenderam, ou na inspiração de Ellen White, porque, “nós consideramos a estrita conformidade com os mandamentos de Deus e a fé de Jesus como os únicos testes verdadeiros do caráter cristão”. [Tiago White, Review and Herald, 12 de outubro de 1876] Nenhum ser humano individual, nem qualquer organização da Igreja, tem o direito ou autoridade para ir além disso.

Buscamos um “Assim diz o Senhor” sobre qualquer assunto que ensinemos dogmaticamente. As Escrituras contêm uma declaração do Criador de que não defenderemos a nós mesmos, às nossas famílias ou aos nossos países em conflitos armados, se necessário? Absolutamente não. Na verdade, temos precisamente o oposto tanto na Antiga como na Nova Aliança. Vejamos primeiro as declarações relevantes do Antigo Testamento:

Quando Deus deu instruções aos israelitas para exterminarem os vários povos pagãos da terra para onde estavam indo (Deuteronômio 7:1, 2; Josué 10:4), Sua ordem incluía a palavra naka, que significa “matar” em um sentido de guerra de autodefesa. Não foi usada a mesma palavra do 6º mandamento.

No Livro de Números, um sacerdote chamado Finéias matou um israelita e sua amante midianita não convertida, que ele havia trazido para o acampamento (Núm 25:7-14). Este ato foi elogiado diretamente, e por meios sobrenaturais, com o fim de uma praga que estava destruindo a nação. Posteriormente, Deus deu a Finéias uma “aliança de paz” e um “sacerdócio eterno”, porque seu ato é descrito como “expição” de Israel em Números 25:13.

O profeta Samuel ordenou ao rei Saul que matasse os amalequitas, súditos do rei Agague. Quando ele não fez isso, Deus rejeitou Saul do reinado, e o profeta pessoalmente cortou Agague em pedaços (1Samuel 15). As palavras usadas foram harag e mut, sendo que esta última significa simplesmente “tornar morto”. Foi um assassinato, uma execução, mas realizada por um profeta e de acordo com a Lei.

Como exemplo final, é útil examinar o registro de Elias, o Profeta. Este é um número particularmente significativo porque, com base nas Escrituras e nos escritos de Ellen White (Mal 4:5, Mar 9:13, ME 1, p.412), Elias é na verdade um protótipo dos 144.000. Ele foi trasladado sem ver a morte, tendo aperfeiçoado o caráter de Cristo e alcançado a aptidão para o Céu sem passar pela sepultura. Este mesmo Elias, embora se aproximasse do caráter do próprio Salvador, matou pessoalmente 450 sacerdotes de Jezabel que adoravam o deus Baal (1 Reis 18:40). A palavra usada ali para “matar” é na verdade uma que já vimos antes: sahat, “sacrifício”. Ele os sacrificou, tirando suas vidas em um ato extremo que purificou a nação e uniu as tribos como uma só. É significativo que alguém que foi trasladado pouco depois por ter aperfeiçoado o caráter tenha compreendido a necessidade de tirar a vida de outros seres humanos para permanecer fiel ao dever e firme em suas convicções sob essas circunstâncias sombrias.

Há sempre uma palavra específica usada para matar quando isso viola a Lei, e ela não é encontrada em nenhum desses lugares. Existem outras palavras para definir quando matar é necessário, ordenado ou permitido.

Na verdade, isso é muito importante. Alguns podem dizer: “Isso tudo é história do Antigo Testamento. Não tem nada a ver com o caráter cristão da Nova Aliança”. Penso que, como adventistas, deveríamos ver esse argumento como repulsivo. O Deus de Finéias, Samuel e Elias é o Deus de Jesus, Paulo e Ellen White. Seu caráter não muda e, portanto, não importa em que ano estamos. Não importa que aliança seja, a Lei não muda, certamente não a Lei Moral contida nos 10 Mandamentos, e Deus nunca permitiria nada que fosse na verdade uma violação da Sua Lei.

Considere as “permissões” anteriores que Yahweh providenciou para Seu povo. Por um tempo, Deus permitiu a poligamia. Foi pela dureza do coração dos homens (Mar 10:5) e porque as mulheres sem um “chefe” de família eram vulneráveis a todos os tipos de abusos e maus-tratos no mundo antigo. Mas a poligamia não é uma violação da Lei. É uma aliança matrimonial legítima que pode ser violada pelo adultério como qualquer outra. Para ser claro, ninguém está defendendo a poligamia. Essencialmente, todos os exemplos que a Bíblia contém de casamento polígamo terminaram em tristeza, e certamente não ajudará a santificar um membro dos 144.000. Por isso os cristãos não a praticam, embora Deus uma vez o tenha permitido sob certas circunstâncias.

No Livro de 2 Reis, um soldado chamado Naamã foi curado da lepra pelo profeta Eliseu. Quando foi curado, ele pediu uma permissão, pois muitas vezes ajudava seu rei e mestre a se curvar diante do deus que ele adorava em um templo pagão (2 Reis 5:18, 19). Ele estava tecnicamente curvando-se diante de um ídolo, mas, por não adorar o ídolo, ou o deus que ele representava, o profeta não considerou isso uma violação da Lei e permitiu que o soldado fizesse isso cumprindo o seu dever sem culpa. Não se trata especificamente de matar, mas demonstra muito bem o princípio de que um caráter puro pode ser revelado mesmo em meio a circunstâncias imperfeitas.

Há um ponto realmente crítico e importante que fala da nossa identidade como adventistas que não deve ser esquecido. O fato de que Deus permitiu, e até mesmo ordenou, a guerra e a matança sob algumas circunstâncias mostra e prova, que não é o mesmo que assassinato, que não é algo condenado pela lei. Nenhuma violação real da Lei foi jamais sancionada em nenhuma circunstância; isso é contrário ao caráter de Yahweh a quem adoramos, e como ASDs sabemos que a Lei não pode ser mudada nem um jota ou um til (Mateus 5:18), nem depois da cruz, nem entre os Testamentos. A razão pela qual guardamos o Sábado é porque nós, entre todas as pessoas, sabemos que os mandamentos não mudaram de significado ou intenção após a morte e ressurreição de Cristo. Portanto, nada do que Deus ordena ou permite jamais tornará alguém culpado diante Dele, a menos que haja uma ordem específica para deixar de fazê-lo, como acontece com os sacrifícios de animais (Hebreus 7:26, 27). A ideia de que algo estava “bem” no Antigo Testamento por causa de um mandamento, mas agora não, não é um argumento que um adventista coerente deveria aceitar.

E sobre a Nova Aliança? Existem muitos versículos relevantes que se aplicam a este assunto, escritos após a morte e ressurreição do Salvador.

Ao falar aos soldados que o procuraram em busca de conselho, João Baptista disse-lhes para não praticarem “violência” e para serem bons soldados, para não abandonarem os seus postos. Embora este conselho tenha sido dado antes da cruz, foi escrito por um autor com uma perspectiva pós-crucificação, e os postos dos soldados não se tornaram obsoletos apenas alguns

anos após a conversa com João. No que diz respeito ao significado do uso da palavra “violência” por João, a Advent Review e o Sabbath Herald fornecem este comentário em apoio a um entendimento coerente: “A ideia não é que eles não devam seguir naquela guerra o estilo de toda guerra nacional, mas que ele [...] se abstenha da indulgência ilegal com o roubo e a luxúria, das quais os soldados dos tempos antigos eram propensos a serem culpados” [JN. Loughborough, Advent Review e Sabbath Herald, 30 de setembro de 1862].

Ao preparar Seus evangelistas para viajar pelo mundo, Yahshua disse-lhes: “Então ele disse-lhes: Mas agora aquele que tiver bolsa, tome-a, como também seu alforje; e o que não tem espada, venda a sua veste e compre uma” (Lucas 22:36).

Alguns (incluindo o autor da declaração da Igreja Adventista do Sétimo Dia de 1864) apontaram que mais tarde naquele capítulo, Lucas 22:50, Pedro cortou a orelha de um dos homens que vieram prender Jesus, e o Salvador curou a orelha. Isto, dizem eles, é uma repreensão à violência, e apontam para a passagem em Mateus, onde Yahshua diz: “Então Jesus disse-lhe: Põe novamente a tua espada em seu lugar; porque todos os que lançarem mão da espada, hão de perecer com a espada” (Mat. 26:52). No entanto, esta não é uma repreensão geral. A razão pela qual Pedro tinha aquela espada em primeiro lugar foi porque ele, como os outros discípulos, estava seguindo as instruções de Lucas 22:36, e embora Jesus tenha curado aquele que veio prendê-lo, foi porque Ele sabia que deveria ser preso. Ele não repreendeu o ato de tentar defendê-lo como princípio geral, ou de portar e usar a espada. Não. Foi porque tal como Judas, Pedro estava tentando impedir a crucificação e, portanto, o cumprimento do Plano de Salvação. Sabemos disso porque antes Cristo o advertiu para não resistir ao sacrifício que estava por vir (Mat 16:21-23), e o registro de João sobre o incidente mostra Ele dizendo a Pedro: “Coloca a tua espada na bainha; o cálice que meu Pai me deu, não o devo beber?”

Em termos do ensino geral do Novo Testamento a respeito dos cristãos e do serviço militar, podemos apontar uma série de exemplos de soldados (Mateus 8:5-13) e depois que os gentios começaram a ser reunidos, carcereiros romanos, guardas, e até mesmo oficiais de alto escalão que ouviram a pregação dos apóstolos e se tornaram crentes (Atos 16:22-34), mas não há indicação de que eles tenham renunciado ao seu dever para aceitar a fé cristã. Quando os apóstolos lhes diziam, precisamente em grego: “O mandamento é: Não assassinarás”, o seu significado era sempre muito claro.

Por mais que eu tenha tentado condensar as informações apresentadas neste estudo, há tantas coisas aqui que considero importantes considerarmos ao tirar conclusões sobre o que ensinamos ao mundo como seguidores de Cristo. Nenhum cristão genuíno defenderia a violência proativa ou desnecessária; nenhum cristão buscaria a morte de outro ser humano como a solução ideal para qualquer problema. Nenhum de nós sequer procuraria forçar as convicções ou preferências que os crentes individuais têm sobre essas coisas, e os Adventistas do Sétimo Dia da Criação, em particular, têm dito muitas vezes que “preferimos morrer a ferir desnecessariamente os sentimentos de alguém”.

O que desejamos, o que realmente buscamos, é um entendimento comum do que é um “teste de comunhão” e de como reconhecemos outros crentes sinceros e fiéis que seguem os

Mandamentos de Deus e têm a Fé de Jesus, mesmo quando nossa cultura, idioma e tradições nacionais são diferentes.

Em questões de guerra e armamento, precisamos ser capazes de responder com precisão à questão do que a Bíblia diz sobre tirar vidas, e se é ou não sempre um pecado fazê-lo, ou uma violação do carácter cristão. Embora outros escritos de nossos Pioneiros, e até mesmo de Ellen White, possam ser úteis para nos ajudar a chegar a conclusões, eles próprios nunca devem ser usados como fontes de posições doutrinárias, especialmente quando essas posições têm o potencial de afetar a aceitação, rejeição, e posição dos membros da Igreja.

Em questões tão profundas, é útil ter estudos como este que possam aprofundar um pouco as línguas em que a Bíblia foi escrita, para ver o que ela diz e o que não diz. Os mandamentos abordam o assassinato, mas não abordam todas as circunstâncias em que “matar” pode ocorrer. O Antigo Testamento judaico, o Tanakh, também confirma que a redação adequada em inglês para a leitura do mandamento é “Não assassinarás”, então, o que vale, é que é assim que um judeu, a quem os Oráculos de Deus foram dados pela primeira vez, sempre teriam entendido esse versículo.

Vemos nas Escrituras que a guerra era permitida, até mesmo instruída, sob a Lei, o que o Pai nunca permitiria aos Seus Escolhidos se fosse “mau” de um ponto de vista espiritual objetivo, porque Ele nunca permitiu o “pecado” em nenhuma circunstância. Ele mesmo teria eliminado os pagãos, ou por meio de um anjo designado, antes da entrada dos israelitas em Canaã, se alguma vez tivesse sido inevitavelmente “pecado” um ser humano tirar a vida de outro em batalha. Este, para mim, é um dos argumentos mais fortes para a rejeição do pacifismo extremo, porque não se baseia apenas na compreensão de qualquer versículo ou passagem em particular, mas na revelação do carácter do Pai e do Filho.

Vemos que João Batista, ao falar aos soldados judeus, disse-lhes para se absterem de violência desnecessária no desempenho de seus deveres, mas não para se absterem de seus deveres, um sentimento mais tarde reforçado por Ellen White, e que sendo os mansos que herdaram a terra não exige que sejamos derrubados “de forma tão banal” se não houver outras alternativas senão defender a si mesmo, ao país e aos entes queridos.

Na verdade, concluiríamos que o amor ágape exige que defendamos os outros quando se torna evidente que é necessário fazê-lo. Abraão resgatou seu sobrinho Ló por amor (Gn 14:14-16) e esse instinto, esse impulso, não tem nada a ver com a aliança sob a qual alguém está vivendo. A questão principal aqui é sobre o nosso julgamento. Nós, que um dia julgaremos os anjos, devemos saber a forma de julgar as questões, e nossos irmãos, da forma como o Pai e o Filho o fazem. Deve haver liberdade individual para prosseguir com as próprias convicções em assuntos tão pessoais como este, sem condenação ou rejeição por parte da Igreja. A última coisa que queremos é demonizar, vilanizar aqueles que discordam de nós. Acaso são aqueles que veem como um dever pegar em armas e lutar considerados monstros sedentos de sangue? No espírito de Cristo, dizemos: “Não. Eles procuram aliviar o sofrimento dos outros e manter a liberdade para si e para o seu povo.” Aqueles que se recusariam a pegar em armas, mesmo que as suas vidas estivessem em jogo, são fracos ou covardes? No espírito de Cristo dizemos: “Não. Eles estão entre os mais corajosos de todos os povos, dispostos a morrer pelos princípios, e nós os

contaríamos entre nossos nobres irmãos, caso sacrificassem tudo para manter suas consciências limpas.”

O que desejamos fazer, em última análise, é educar as nossas consciências pela Palavra, para que, à medida que nos aproximamos cada vez mais do retorno do nosso Salvador, as nossas consciências estejam em harmonia com a “mente de Cristo” e com a mente uns dos outros.

David.

Considerações Adicionais

Além do estudo formal apresentado acima, existem algumas ideias adicionais que podem ajudar a firmar os princípios daquilo que as Escrituras ensinam e a enfatizar o que é um “teste de comunhão” de acordo com a Bíblia e os nossos pioneiros adventistas. O povo de Deus não é legalista. Nem são licenciosos, procurando desculpar ou banalizar a transgressão da Lei. A Igreja, pelo Espírito de Cristo, é equilibrada em pontos de doutrina que definem o carácter, ao mesmo tempo que permite a liberdade individual para governar a relação do crente com o Seu Criador e Salvador.

Alguns podem pensar que uma questão tão extrema como a morte exigiria um forte acordo entre todos os membros da Igreja relativamente aos princípios aplicáveis – e existe. Tirar uma vida humana não é algo a ser comemorado, mas sim evitado. Todos concordam com isso; no entanto, o que estamos a discutir são circunstâncias extremas, onde a vida e a liberdade podem ser sacrificadas no altar da guerra. Deve o cristão ficar parado e ver outros serem mortos, quando tem força nas mãos para poupá-los do sofrimento? Nenhuma Escritura jamais ensinou isso.

Nossos pioneiros adventistas não parecem ter acreditado nisso. Embora as publicações da Igreja ao longo dos anos nem sempre tenham sido consistentes e muitas vezes tenham refletido opiniões variadas dos autores dos artigos, são os princípios da nossa fé – conforme definidos pelas Escrituras – que nos fornecem uma base consistente e firme sobre a qual podemos descansar nossas almas. Quando estes princípios são aprovados por profetas e mensageiros reconhecidos do Altíssimo, isto pode ser útil, mas é a Bíblia que continua a ser a autoridade, não o endosso. O povo de Yahweh sempre tem informações suficientes para conhecer Sua vontade como indivíduos e como Igreja.

À luz do acima exposto, aqui estão algumas reflexões finais a serem consideradas:

1) Este não é um assunto fácil de ser discutido. O que um indivíduo faria quando fosse feita uma tentativa de forçá-lo a lutar por uma causa com a qual ele pode ou não concordar é uma decisão extremamente pessoal e não regida pela redação de qualquer mandamento ou qualquer declaração de fé autorizada. O exemplo de Cristo é fundamental aqui e, como regra geral, Ele defendeu dar a outra face quando atacado (Mat 5:39). Contudo, é importante salientar que o próprio Cristo não empregou a mesma abordagem em todas as circunstâncias. Quando atingido pelo assistente do Sumo Sacerdote, em vez de aceitá-lo humildemente, Yahshua respondeu-lhe: “Se falei mal, dá testemunho do mal, mas se falei bem, por que me bates?” (João 18:23) Em

suma, temos princípios que governam o nosso comportamento em circunstâncias gerais, mas não nos foram dadas regras para cada situação em que o cristão se possa encontrar. É o Espírito Vivo de Deus, e não uma política estática, que orienta o nosso comportamento.

2) Isso já foi dito no artigo, mas vale a pena repetir para dar ênfase. Aqueles que defendem uma posição de pacifismo total, e procuram relacionar isso com a tradição adventista, às vezes farão referência à declaração da Igreja de 1864 publicada na *Review and Herald* em março de 1865. Os escritos de Ellen White, Carta 20a e a declaração de W. C. White de 1915, em particular, é posterior a esta por uma margem significativa, com a carta descrevendo uma situação relacionada com a autodefesa, uma aplicação ainda mais individual e pessoal do princípio, talvez, do que a guerra geral. As coisas não mudaram repentinamente para todo o eleitorado da Igreja como resultado desta declaração, nem invalida o que a inspiração real apresentou antes e depois, em termos de abordagens gerais à guerra e ao combate.

3) Para acompanhar e expandir essa ideia, embora a Igreja Adventista do Sétimo Dia tenha publicado uma posição a favor da não participação na guerra em 1864/65, ela não parece ter sido nunca endossada por qualquer declaração inspirada, e nunca foi aceito como um teste dogmático mesmo nos credos mais credenciados da Igreja Adventista, levando à criação da lista de “28 Doutrinas Fundamentais” para avaliar os candidatos ao batismo. Como regra geral, um artigo na *Review and Herald* nunca pode ser usado para estabelecer doutrina. Somente a Bíblia pode fazer isso, com obras suplementares servindo para apoiá-la, conforme aplicável. Rejeitamos credos. Isto nunca será demais repetir com frequência, pois tem sido a ruína e o desaparecimento de todas as organizações cristãs outrora fiéis e agora caídas. Rejeitamos o uso de escritos não-bíblicos como fontes primárias para posições doutrinárias, especialmente aqueles em que há declarações que possam ser legitimamente debatidas por crentes conscienciosos.

Por exemplo, um dos pontos sugeridos no artigo da *Review and Herald* que defende esta posição é que a declaração de Cristo a Pedro para “empunhar a tua espada” (Mateus 26:52) é uma denúncia de toda defesa armada de todos os tempos, ou pelo menos daqui para frente a partir desse ponto. Isto não é de forma alguma afirmado no Evangelho de Mateus, do qual a afirmação é extraída, e a inferência extraída é, na verdade, diretamente oposta nos Evangelhos de Lucas e João, o primeiro dos quais tem o próprio conselho de Cristo garantindo que alguém tenha uma espada (Lucas 22:36) e este último explica que o erro de Pedro não foi o impulso para defender Cristo, mas a ação tomada para defendê-Lo nesta circunstância em particular, na qual o Pai ordenou que Ele bebesse o “cálice” do sofrimento e morresse na cruz pelos pecados da humanidade (Mateus 16:21-23, João 18:11).

Outro ponto avançado pelo artigo é que o envolvimento na guerra exigiria que um adventista violasse o mandamento do sábado. O envolvimento em atividades logisticamente necessárias sempre foi entendido como aceitável no sábado, apesar do “trabalho” ser realizado, seja por médicos, enfermeiros, agentes da lei, padres/pastores ou militares. O Livro dos Macabeus, do período intertestamentário, demonstra que os judeus também compreenderam a necessidade de atividades militares no sábado e estão de acordo com os adventistas do Novo Testamento em não atribuir culpa àqueles que foram obrigados a fazê-lo.

Em suma, o artigo mais frequentemente utilizado como o “coração” do argumento a favor do pacifismo absoluto para todos os Adventistas do Sétimo Dia é, ele próprio, profundamente falho em vários pontos de doutrina sobre a mesma questão que defende e está sujeito a críticas legítimas.

Pode haver desacordo razoável e sincero sobre as conclusões tiradas da Review and Herald neste e em muitos outros artigos publicados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia ao longo dos anos. A Review and Herald nem sempre foi consistente nas posições que publicou e nunca se apresentou como fonte de declarações autorizadas (em contraste com A Sentinela para as Testemunhas de Jeová). Faremos bem em lembrar quem somos e onde se encontra o fundamento da nossa fé.

4) Podemos considerar a Guerra no Céu após a rebelião de Lúcifer, após a qual os anjos que ficaram do lado dele foram expulsos do Céu. De acordo com as visões de Ellen White, os anjos estavam armados para o combate. Seres de luz, criados mais puros que os humanos, e nunca tendo sido corrompidos pelo pecado, nem antes nem depois do conflito, foram obrigados a travar uma guerra aberta. A queda dos demônios, sua descida ao mal, ocorreu porque eles rejeitaram a autoridade do Pai e do Filho, não porque se envolveram em combate. Ambos os lados se envolveram no combate, o que revelou, mas não corrompeu o seu caráter. É claro que as “regras” são diferentes entre humanos e anjos, e nem anjos nem demônios “morreram” nesta batalha, mas houve guerra. Havia armas de guerra. Houve a oportunidade de defender a si mesmo e a sua pátria. Os mesmos princípios definidos pelos Mandamentos aplicam-se a todas as criaturas inteligentes, e há momentos, independentemente da idade, testamento ou aliança, em que o Espírito se move sobre o povo de Yahweh para acabar com a rebelião, a brutalidade e o sofrimento pelos meios mais eficazes disponíveis para eles na época.